



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Água Clara*

**PROCESSO SELETIVO DE JUIZ LEIGO**

**COMARCA DE ÁGUA CLARA**

**DATA: 12.11.2017**

**NOME:** \_\_\_\_\_

Prezado (a) Candidato (a):

A prova valerá 10 (dez) pontos, sendo composta por 10 (dez) questões objetivas, valendo 0,5 (meio) ponto cada uma, e 01 (uma) subjetiva, consistente em uma sentença, valendo 5 (cinco) pontos.

**QUESTÕES OBJETIVAS**

**1) Acerca da transação penal no juizado especial, assinale a opção correta.**

- a) O descumprimento de transação penal homologada não impede a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- b) Haverá óbice à proposta de transação de pena restritiva de direitos quando o tipo em abstrato só comportar pena de multa.
- c) A proposta de transação penal pelo MP exige o comparecimento da vítima à audiência preliminar.
- d) A proposta de transação penal por carta precatória fere o princípio da oralidade.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**2) Com relação à Lei 9.099/1995, assinale a afirmação INCORRETA.**

- a) A Lei abrange os delitos de menor potencial ofensivo e todas as contravenções penais.
- b) O processo perante o juizado especial criminal tem como objetivo, sempre que possível, a conciliação entre o autor do fato e a vítima e, em não sendo isto possível, a transação penal.
- c) Os crimes cujos processos deverão ser regidos pela Lei são aqueles cujas penas máximas não ultrapassem dois anos.
- d) Quando houver composição dos danos civis entre as partes e o acordo for homologado, caberá recurso de apelação.

e) Na ação penal pública incondicionada, a suspensão condicional do processo poderá ser proposta pelo Ministério Público.

**3) José ajuizou ação no juizado especial cível, com o objetivo de receber indenização no valor de vinte mil reais por dano causado por pessoa jurídica. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.**

a) Havendo necessidade de expedição de carta precatória, Jorge deverá custear despesa de cumprimento.

b) A competência para julgar o processo será deslocada em caso de necessidade de desconsideração da personalidade jurídica da empresa ré.

c) A extinção do processo por ausência de Jorge em audiência dependerá de sua prévia intimação pessoal.

d) A ausência de contestação, ainda que a empresa ré esteja presente na audiência de conciliação, acarretará a revelia.

e) Todas as alternativas estão corretas.

**4) Em processo no juizado especial criminal, superada a fase preliminar em razão da ausência do autor do fato, o MP ofereceu denúncia oral pela prática de crime de ameaça. Não tendo o oficial de justiça encontrado o autor para citá-lo nos endereços constantes dos autos, o juiz determinou a sua citação por hora certa. Concluída a citação por hora certa sem que o autor do fato tivesse sido encontrado ou tivesse comparecido à audiência designada, foi-lhe nomeado DP, e sobreveio condenação. Nessa situação hipotética, conforme a legislação penal processual e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que a citação realizada foi**

a) válida, e não precisará ser refeita, pois a citação por hora certa é possível quando o acusado não é encontrado nos endereços constantes nos autos.

b) nula, e deverá ser refeita pelo juízo comum, com o devido encaminhamento dos autos pelo juizado especial criminal.

c) válida, e não precisará ser refeita, pois a citação por hora certa sempre precede a citação por edital.

d) válida, e não precisará ser refeita, pois o processo perante os juizados especiais criminais orienta-se pelos princípios da oralidade, simplicidade, economia processual e celeridade.

e) nula, e deverá ser refeita pelo próprio juizado especial criminal, por meio de edital, em atenção aos princípios da celeridade e da economia processual.

**5) A respeito da prova no juizado especial cível, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.**

- a) É ônus da parte levar a testemunha à audiência, por não se aplicar a condução coercitiva.
- b) A prova pericial poderá ser realizada oralmente, mas o perito deverá entregar o laudo escrito logo após.
- c) Será válida prova testemunhal produzida por declaração escrita.
- d) Salvo a inspeção judicial, as provas terão de ser produzidas na audiência de instrução e julgamento.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Marque “V” para verdadeiro e “F” para falso nas assertivas abaixo.

6. (\_\_\_) No Juizado Especial Cível o réu poderá deduzir pedido contraposto formulado nos limites da lei de regência, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem o objeto da controvérsia em face da existência de relação de dependência entre o pedido contraposto e o aduzido pelo autor na inicial.

7. (\_\_\_) A Lei 9.099/95 disciplina os chamados Juizados Especiais Cíveis no âmbito Estadual. Nela é possível encontrar diversas regras especiais que diferenciam seu procedimento dos Juizados do procedimento comum do CPC. Não é cabível nenhuma forma de intervenção de terceiros, com exceção da assistência.

8. (\_\_\_) A sentença condenatória será ineficaz na parte que exceder a alçada estabelecida na lei; a sentença condenatória ilíquida, desde que genérico o pedido, será submetida a liquidação de sentença por arbitramento ou artigos.

9. (\_\_\_) De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença, que deverá conter obrigatoriamente o relatório.

10. (\_\_\_) A sentença, nos Juizados Especiais Cíveis, é válida, integralmente, ainda que condene a valor que exceda a alçada dos processos correspondentes, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas, bem como é recorrível perante o próprio Juizado ou o Tribunal de

Justiça de Mato Grosso do Sul, a critério da parte sucumbente.

## **SENTENÇA**

Maria ingressou com uma ação de inexistência de débito com pedido de indenização por danos morais contra a empresa de telefonia móvel Ligadinha Ltda, alegando que está sendo cobrada por quantia indevida, no valor de R\$ 171,00, referentes a uma fatura do mês de dezembro de 2016, por serviços que não contratou. Esclarece que nunca firmou contrato com a parte ré. Instrui o pedido inicial apenas com o extrato do SPC/SERASA em que consta a negativação de seu nome em razão do débito mencionado na petição inicial. Em contestação, a ré alegou, preliminarmente, falta de interesse processual porque a autora não fez nenhuma reclamação administrativa, sequer contato em sua central de atendimento. No mérito, pugnou pela improcedência alegando que a cobrança é devida porque referente a serviços contratados pela autora através da central de atendimento telefônico. Não junta documentos.

Como juiz(a) leigo(a), julgue esta ação.

(folha de resposta abaixo)



